

O Impeachment já ocorreu

22/09/2015 02h00

Podem berrar, espernear, choramingar, esbravejar ou se lamentar. Podem protestar nas ruas, assembleias, Facebook ou WhatsApp. Podem barrar a iniciativa no Congresso, no Senado, no Judiciário e nas reuniões de Centros Acadêmicos. Pouco importa o resultado, ele terá sido meramente burocrático. Da mesma forma que um dia se foram as presidências de João Figueiredo, José Sarney, Itamar Franco e George W. Bush, resta pouco deste mandato presidencial que mal começou.

A decisão não pertence mais à ocupante do cargo ou às forças políticas que desejam a sua saída. Basta uma pequena análise da estrutura de redes para se constatar que o poder Executivo, de tão acuado, se tornou transparente.

Desde Charles Darwin que se sabe que o mais adaptado - não o mais forte - é aquele que tem a maior probabilidade de sobrevivência. Mas isso não parece passar pela cabeça do governo que, no melhor estilo Maria Antonieta a propor brioches, fala na CPMF como se fosse transitória ou capaz de resolver alguma coisa. Em seu mundo de fantasia parecem não perceber que a paciência se foi. Não há como pedir para uma população que paga mais de 35% de seu salário que ajude um governo perdulário e caótico, que nunca deu praticamente nada em troca.

Investigada pelo Supremo, barrada no Congresso, relutante a tributar os ricos, desprovida do apoio dos trabalhadores, empresários, funcionários públicos e movimentos sociais para qualquer novo pacote, a presidência ainda precisa dar ouvidos para seu ex-padrinho, que não tem cargo ou importância outra além de ter criado boa parte do problema. O resultado é uma enorme desorientação, que confunde aliados, irrita bases, enlouquece o setor produtivo e abre rombos ainda maiores no orçamento.

No mundo da tecnologia, decisões assim são constantes. Kodak, Nokia e Blackberry são exemplos de empresas cuja prepotência ignorou a demanda por mudança. Como elas, a presidência foi julgada, condenada e executada antes mesmo de ser processada.

Da mesma forma que um chefe que logo será demitido, um vereador em debate corporativo, um técnico de futebol que acumula derrotas, um tio chato em reunião de família ou um marido que está prestes a ser dispensado, o Poder Executivo dá claros indícios de ter sido contornado. Ninguém sabe direito o que fazer com ele, até que ponto levá-lo a sério e por quanto tempo suportá-lo.

Sua irrelevância chegou a tal ponto que pouco importa quem ocupe o assento. Por mais que os fanáticos de um lado afirmem que o país acabará na eventualidade de um impeachment, ou que os radicais do outro lado acreditem que a crise acabaria por mágica com a troca de comando, a maioria das pessoas com algum bom senso já percebeu que o mais provável é que nada mude.

O encolhimento da importância do poder executivo não é fato novo, e tem pouco a

ver com a Petrobras. Desde antes das eleições uma disputa de anões era configurada. Quatro não-candidatos, irrelevantes em discurso e importância, se engalinharam nos debates mais monótonos dos últimos tempos. Ninguém levaria a sério uma candidatura do Aecinho, da Marina ou da Luciana, se seu concorrente não fosse alguém igualmente apático. A situação era tão pobre que nem o José Serra, freguês habitual com vocação para a lanterna, participou. Agora que a situação esquenta e que a presidente pode perder o cargo que se passa a temer a figura do vice, que como Itamar, Alckmim e Sarney, nunca teria carisma para um posto tão importante.

Sua irrelevância não termina com a figura manufaturada de uma presidente tão merecedora de seu cargo quanto Celso Pitta o foi da prefeitura de São Paulo. Da mesma forma que ela, seus ministérios raramente são lembrados. Fala-se em reforma ministerial como se boa parte de seus ocupantes, tipo um tal de Mercadante, ainda estivesse em exercício. Em teoria, ele está. Na prática, discute-se a sua saída como se ele não estivesse presente. Quando se fala em ministros, a propósito, a primeira imagem que surge é a dos principais ocupantes do Poder Judiciário, mais impulsivos e grandiloquentes do que aconselharia o decoro do cargo.

As redes, digitais ou não, mostram que há espaço para todo tipo de política, com exceção da inexistência. Pior do que uma instituição detestada é uma instituição ignorada. Como acontece frequentemente com a lei ou com figuras de autoridade, nem sempre é possível ser popular. Leis odiadas podem ser contestadas ou, com o tempo, incorporadas à dinâmica social. Leis ignoradas não passam de papéis fictícios.

Nessas condições, pouco importa quem vença. Todos perdem.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luliradfahrer/2015/09/1684757-o-impeachment-ja-ocorreu.shtml>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.